

---

**TRE-BA - PE049/20 = Disputa: aberto/fechado**

---

**De :** LUIZ GONZAGA MACEDO CARRILHO  
<LUIZ.CARRILHO@embratel.com.br>

Qui, 13 de ago de 2020 17:06

 2 anexos

**Assunto :** TRE-BA - PE049/20 = Disputa:  
aberto/fechado

**Para :** cmlima@tre-ba.jus.br

Prezados,

Seguem Questionamentos/Impugnação, para análise.

Atenciosamente,



**LUIZ GONZAGA MACEDO CARRILHO**  
EMBRATEL – UNIDADE EMPRESARIAL

Gerente Executivo de Contas  
Diretoria-Executiva Governo  
T.: +55 71 2106-6196 C.: +55 71 9 8224-9115  
[Luiz.carrilho@embratel.com.br](mailto:Luiz.carrilho@embratel.com.br)  
[claro.com.br](http://claro.com.br) | [embratel.com.br](http://embratel.com.br)

---

\*\*\* Disclaimer Claro Brasil \*\*\* Este e-mail e seus anexos são para uso exclusivo do destinatário e podem conter informações confidenciais e/ou legalmente privilegiadas. Não podem ser parcial ou totalmente reproduzidos sem o consentimento do autor. Qualquer divulgação ou uso não autorizado deste e-mail ou seus anexos é proibida. Se você receber esse e-mail por engano, por favor, notifique o remetente e apague-o imediatamente. A Claro Brasil, no exercício do seu poder de direção, conforme disposto na legislação trabalhista em vigor, reserva-se o direito de monitorar e auditar o envio e recebimento de mensagens por correio eletrônico. Todas as informações são de propriedade da Claro Brasil, estando vetado o seu uso para fins que não atendam aos interesses da Empresa.

This e-mail and its attachments are for the sole use of the addressee and may contain information which is confidential and/or legally privileged. Should not be partly or wholly reproduced without consent of the owner. Any unauthorized use or disclosure of this e-mail or its attachments is prohibited. If you receive this e-mail in error, please immediately delete it and notify the sender by return e-mail. Claro Brasil, in the exercise of its power of direction, in accordance with current labor legislation, reserves the right to monitor and audit the sending and receiving of messages by electronic mail. All information is the property of Claro Brasil, being prohibited its use for purposes that do not meet the interests of the Company.



**Questionamento - PE - TRE BA (quest e prazo) (002).pdf**

374 KB

---



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL  
DO ESTADO DA BAHIA**

**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2020**

A **CLARO S.A.**, CNPJ n.º 40.432.544/0001-47, com Sede Social localizada à Rua Henri Dunant, nº 780, Torres A e B, bairro Santo Amaro, CEP: 04.709-110, na Cidade e Estado de São Paulo, por seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença desse I. Pregoeiro apresentar **QUESTIONAMENTO com pedido alternativo para que seja recebido como IMPUGNAÇÃO** na hipótese de seu indeferimento, pelos fatos e fundamentos que passa a expor.

O Ato convocatório deve ser claro e objetivo, de forma a não ensejar dúvidas que possam comprometer e ferir o Princípio da Igualdade, que deve prevalecer a todos os licitantes. Neste sentido, é necessária a alteração do ato convocatório de forma a definir de forma clara, visando à elaboração de uma correta proposta, faz-se necessário o esclarecimento e/ou modificações quanto aos itens em comento:

O Termo de Referência determina, no item 8.w.1 e seus subitens, que a Contratada deverá disponibilizar à Contratante uma faixa DDR de 1000 ramais, cujos MCDUs vão de 7000 a 7449 e 9000 a 9549, entretanto, caso haja portabilidade, a Contratada recebedora, de acordo com as regras da ANATEL, só poderá receber os números que estiverem regularmente registrados com o CNPJ do Contratante na operadora de origem. Assim sendo, caso isso não seja possível, entendemos que a operadora Contratada poderá disponibilizar as mesmas faixas DDRs especificadas no TR, porém com prefixo diferente do DDR portado. Está correto nosso entendimento?

---



O Termo de Referência, no Anexo A, item A3 e seus parágrafos, especifica que a interligação entre o PABX do contratante e a central pública da Contratada deve ser feito por duas vias distintas e redundantes. No TR também tem uma especificação que determina que nos períodos de baixo tráfego, a quantidade de entroncamentos deve ser reduzida pela metade, de 10 para 5 E1. Entendemos que essa redução significa que o enlace redundante pode ser desativado. Está correto nosso entendimento?

Considerando as especificações do PABX do Contratante (Central Telefônica VoIP, modelo NGC Evolution, marca Dígito Tecnologia), verificamos que ele tem disponibilidade de entroncamento com a Central Pública por meio do protocolo SIP-T. Entendemos que, em virtude da nossa central pública ser nativa IP e o protocolo SIP-T ser o padrão da rede, o Contratante poderia disponibilizar as duas interfaces RJ-45 e usufruir de todos os benefícios do protocolo nativo da rede pública da operadora. Está correto o nosso entendimento?

Com relação ao “ANEXO-I do TR”, Item 4-“Forma e Prazo de execução”, Sub-item 4.3 : Solicitamos que o prazo para início dos serviços contratados, seja alterado para 75 (setenta e cinco) dias, após o recebimento da ordem de serviço, emitida pela fiscalização do contrato, considerando que a ordem de serviço será emitida 15 dias após a assinatura de contrato. A fim de se respeitar a razoabilidade e a boa fé objetiva do presente certame – visto que do contrário, as licitantes incorrerão em grave e desproporcionado risco de penalidades contratuais –, faz-se necessária a estipulação de um prazo dentro de parâmetros revestidos de razoabilidade e proporcionalidade.

Com relação ao “ANEXO-I do TR”, Item 4-“Forma e Prazo de execução”, Sub-item 4.5, Solicitamos esclarecer se a operadora de telefonia fixa, poderá subcontratar serviço de última milha de acesso?

Solicitamos esclarecer se o serviço de “0800” deverá ser fornecido de forma dedicada ou regenerada?

---



Com relação ao Anexo I – 3. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS, Item 5: “Implementação do serviço de Discagem Direta Gratuita (0800), com possibilidade de ativação eventual, temporária ou definitiva durante períodos eleitorais ou em qualquer outro período mediante solicitação prévia do Tribunal. A ativação, bem como a desativação do serviço, deverá ocorrer no prazo máximo de 48 horas da solicitação formal da Fiscalização ou do Gestor do contrato.” O prazo em questão é totalmente inexecutável, bem como não se demonstra adequado à complexidade do objeto e segurança contratual que se pretende obter. Há de se convir que após a assinatura do contrato, há trâmites de internalização do contrato, devidas autorizações de execução, além de instalação de equipamentos e o que mais for necessário ao cumprimento da execução dos serviços.

A fim de se respeitar a razoabilidade e a boa fé objetiva do presente certame – visto que do contrário, as licitantes incorrerão em grave e desproporcionado risco de penalidades contratuais –, faz-se necessária a estipulação de prazo para ativação e início dos serviços, dentro de parâmetros revestidos de razoabilidade e proporcionalidade.

É cediço afirmar que a entrega do serviço a este r. Órgão, necessita da disponibilização de equipamentos e suas devidas configurações, demandando algum prazo que deve ser estipulado no edital.

Desta feita, é imperioso que o atual prazo seja revisto, de modo a tornar plenamente executável o futuro Contrato. Portanto, não prever **prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias**, para ativação do serviço após assinatura do contrato significa aumentar abrupta e desnecessariamente os riscos de penalidades para o particular quando da contratação dos serviços, o que além de acarretar uma maior oneração para a Administração Pública sob a forma de repasse financeiro nas propostas a serem apresentadas, configura-se como uma regra que foge às inteiras da razoabilidade e da comutatividade contratual que se pretende com a licitação. Ademais, há que se cogitarem os sérios riscos de aplicação de outras penalidades

---



contratuais, inclusive as decorrentes da hipótese de rescisão do contrato, cujo risco imensurável poderá afastar deste Certame os eventuais interessados.

Quanto ao item “8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, Item x.2, menciona: “2. Diante da possibilidade de ativação eventual, temporária ou definitiva do serviço de 0800 durante períodos eleitorais ou em qualquer outro período mediante solicitação prévia do tribunal, o número 0800 071 6505 por ter ampla divulgação em todo o estado da Bahia, deverá ser reservado para este Tribunal para que não haja riscos de mudança de número e com isso prejuízos na comunicação com o eleitor.” Como se dará a reserva do número 0800?

Diante do que acima apresentado, torna-se necessário esclarecer exatamente o objeto a ser contratado, tendo em vista o disposto no Art. 14 da Lei 8.666/93 e no Art. 3º, II da Lei 10.520/02 (Lei do Pregão), senão vejamos:

*“Art. 14 – Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto...”*

*“Art. 3º - A fase preparatória do pregão observará o seguinte:*

*(...)*

*II. a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara...”*

Cumpre-nos, ainda, trazer à tela Súmula 177 do Tribunal de Contas da União, senão vejamos:

*“A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada em uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão”*

---



Entende-se, portanto, que a minuciosa descrição do Objeto do serviço que se pretende contratar, bem como o esclarecimento dos itens que ferem a isonomia entre licitantes são medidas extremamente necessárias, posto que uma vez claramente definido o objeto do edital, todas as licitantes interessadas poderão competir com plena isonomia, transparência e competitividade, não havendo que se falar em desigualdade entre as mesmas por determinadas prescrições editalícias equivocadas ou omissões não corrigidas. Desta feita, torna-se imperioso o provimento da presente Impugnação, a fim de esclarecer e se necessário corrigir as incoerências aqui apontadas.

## **II - DA CONCLUSÃO E DO PEDIDO**

Como resta demonstrado, a alteração do edital é medida que garantirá a legalidade da licitação, possibilitando o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DA BAHIA**, selecionar a proposta mais vantajosa para cada um dos serviços contratados, assim como manter a legalidade do certame e do futuro contrato administrativo, através da correção da incoerência aqui apontada. Ante o exposto, a fim de garantir o caráter equânime e competitivo da licitação, bem como a aplicação dos princípios da legalidade e da justa competição, requer a alteração do edital no termo proposto acima. Ainda, na hipótese do I. Pregoeiro não acolher as presentes razões, digne-se a recebê-las como impugnação aos termos do edital, com efeito suspensivo, de acordo com o disposto na legislação vigente.

Atenciosamente,

---



Salvador, 13 de agosto de 2020.



Luiz Gonzaga Macedo Carrilho  
Gerente Executivo de Vendas  
Diretoria CONNE

**Luiz Gonzaga Macedo Carrilho**  
**CLARO S/A – 40.432.544/0001-47**  
Gerente Executivo de Contas  
ID. 1.443.811 – SSP – PE  
CPF: 327.201.734-87  
Tel: (71) 98224-9115  
e-mail:luizgmc@embratel.com.br

---



---

**RES: TRE-BA - PE049/20 = Disputa: aberto/fechado**

---

**De :** LUIZ GONZAGA MACEDO CARRILHO  
<LUIZ.CARRILHO@embratel.com.br>

Sex, 14 de ago de 2020 13:29

 1 anexo

**Assunto :** RES: TRE-BA - PE049/20 = Disputa:  
aberto/fechado

**Para :** cmlima@tre-ba.jus.br

Prezada Pregoeira(o),

Em função da importância dos questionamentos para formatação final da nossa proposta, solicitamos o adiamento da abertura por 08(oito) dias.

Atenciosamente,



**LUIZ GONZAGA MACEDO CARRILHO**  
EMBRATEL – UNIDADE EMPRESARIAL

Gerente Executivo de Contas  
Diretoria-Executiva Governo  
T.: +55 71 2106-6196 C.: +55 71 9 8224-9115  
[Luiz.carrilho@embratel.com.br](mailto:Luiz.carrilho@embratel.com.br)  
[claro.com.br](http://claro.com.br) | [embratel.com.br](http://embratel.com.br)

---

**De:** LUIZ GONZAGA MACEDO CARRILHO

**Enviada em:** quinta-feira, 13 de agosto de 2020 16:55

**Para:** 'cmlima@tre-ba.jus.br' <cmlima@tre-ba.jus.br>

**Assunto:** TRE-BA - PE049/20 = Disputa: aberto/fechado

**Prioridade:** Alta

Prezados,

Seguem Questionamentos/Impugnação, para análise.

Atenciosamente,



**LUIZ GONZAGA MACEDO CARRILHO**  
EMBRATEL – UNIDADE EMPRESARIAL

Gerente Executivo de Contas  
Diretoria-Executiva Governo  
T.: +55 71 2106-6196 C.: +55 71 9 8224-9115  
[Luiz.carrilho@embratel.com.br](mailto:Luiz.carrilho@embratel.com.br)  
[claro.com.br](http://claro.com.br) | [embratel.com.br](http://embratel.com.br)

---

\*\*\* Disclaimer Claro Brasil \*\*\* Este e-mail e seus anexos são para uso exclusivo do destinatário e podem conter informações confidenciais e/ou legalmente privilegiadas. Não podem ser parcial ou totalmente reproduzidos sem o consentimento do autor. Qualquer divulgação ou uso não autorizado deste e-mail ou seus anexos é proibida. Se você receber esse e-mail por engano, por favor, notifique o remetente e apague-o imediatamente. A Claro Brasil, no exercício do seu poder de direção, conforme

disposto na legislação trabalhista em vigor, reserva-se o direito de monitorar e auditar o envio e recebimento de mensagens por correio eletrônico. Todas as informações são de propriedade da Claro Brasil, estando vetado o seu uso para fins que não atendam aos interesses da Empresa.

This e-mail and its attachments are for the sole use of the addressee and may contain information which is confidential and/or legally privileged. Should not be partly or wholly reproduced without consent of the owner. Any unauthorized use or disclosure of this e-mail or its attachments is prohibited. If you receive this e-mail in error, please immediately delete it and notify the sender by return e-mail. Claro Brasil, in the exercise of its power of direction, in accordance with current labor legislation, reserves the right to monitor and audit the sending and receiving of messages by electronic mail. All information is the property of Claro Brasil, being prohibited its use for purposes that do not meet the interests of the Company.

---